

Conceito de ciência política

A ciência é um tipo de saber que estabelece objetividade de validade universal. *Objetividade* significa que as pessoas referem-se do mesmo modo a aspectos da realidade ou fenômenos de outra índole. Isto naturalmente não quer dizer que toda espécie de conhecimento tornar-se-ia científico se dispusesse de uma linguagem bem elaborada, posto que as pessoas somente podem entender-se sobre esse ou aquele tema se o sentido das palavras não for impreciso e ambíguo. Pode-se mesmo dizer que os tipos de conhecimento são irreduzíveis uns aos outros.

Além do conhecimento científico existe aquele ligado à vida comum. Embora alguns autores denominem-no de *conhecimento vulgar*, a expressão não tem conotação pejorativa. Trata-se de que não precisa obrigatoriamente ser rigoroso. Mas é vital à sobrevivência das pessoas. O conhecimento das cidades é essencial para os que nelas vivem. Pela complexidade da vida moderna, a venda de informações relacionadas à existência cotidiana tornou-se atividade relevante.

Em contrapartida, o conhecimento científico precisa ser rigorosamente sistematizado. Para diferenciá-lo de outras espécies de crenças, diz-se que se acha sujeito à refutação. Segue-se o conhecimento filosófico. Obedece também ao princípio do rigor conceitual. Entretanto, dizendo respeito a esferas do real onde não pode ser estabelecida objetividade de validade universal, pressupõe, de forma inelutável, o pluralismo.

O conceito de *ciência política* é de origem recente. Aparece no título da obra de Gaetano Mosca (1858-1941) – *Elementi de scienza política* (1896). A meditação precedente acerca da política era geralmente classificada como *filosofia política*.

Em boa parte do século XX, sobretudo no mundo anglo-saxão, mas também em outros países, alguns autores nutriram a convicção de que a filosofia perderia a sua singularidade, podendo tornar-se um simples ramo do conhecimento científico. As correntes que nutriam tal convicção denominavam-se *neopositivismo ou filosofia analítica*. Tal fato repercutiu no entendimento da ciência política, que se imaginou tornar-se-ia tão rigorosa quanto qualquer das ciências naturais. Nas últimas décadas daquela centúria, entretanto, a começar do próprio mundo anglo-saxão, autores renomados acabaram por derrotar aquela intenção tipicamente “imperialista”. Desde então – naturalmente com as exceções de praxe –, as esferas da vida política em que a medida pudesse ser introduzida, com sucesso, seriam da competência da “ciência política”. Ali onde se torna presente o valor – que não pode ser medido –, a investigação corresponderia ao que tradicionalmente chamou-se de “filosofia política”. Na verdade, contudo, o que desapareceu de fato foi a pretensão de que o estudo da política deveria revestir-se de uma única característica, sem embargo de que a denominação de ciência política pode ser empregada em ambos os casos. Também desapareceu qualquer preconceito quanto a denominar esse ou aquele estudo como sendo parte da filosofia política.

O resumo precedente requer que consideremos: a) a novidade representada pela ciência natural moderna; b) os percalços da aplicação do novo método à vida social; c) a solução ensejada por Max Weber; d) evolução do entendimento da política; e) as origens da ciência política norte-americana e seu direcionamento posterior; e, f) exemplos recentes de enunciados científicos e filosóficos na esfera da política.

A evolução do entendimento da política

O entendimento da política, como objeto de meditação teórica, mudou muito desde a Grécia. Na antiguidade, tratava-se de uma investigação acerca da melhor forma de

governo. Embora preservada pelos estudos medievais, essa maneira de conceber a disciplina acabou suplantada pela premência do tema das relações entre os poderes temporal e espiritual.

Na fase de surgimento do Estado Moderno, que tem lugar com o concurso de grandes pensadores políticos, a questão muda completamente de aspecto. Trata-se agora de saber como se constitui e como se mantém o poder. Essa linha de pensamento coroa-se com a obra de Max Weber, que retira do Estado toda aura romântica, ao indicar que sua característica essencial reside no monopólio da violência e, sobretudo, ao examinar a sua atuação do ponto de vista da dominação, a fim de averiguar as maneiras como se legitima. Weber entreviu três tipos básicos: a tradicional, a carismática e a racional. Evitou ciosamente dar a essa tipologia qualquer caráter histórico, de modo a impedir que pudessem ser entendidas como sucessivas, no estilo dos três estados do comitismo. Sua sociologia destina-se a facultar uma compreensão do processo social e não a formular qualquer espécie de plataforma política. Ainda assim, o tipo ideal que chamou de dominação racional acha-se inquestionavelmente relacionado ao sistema representativo.

O surgimento desse sistema é igualmente fruto, em grande medida, da meditação de caráter teórico.

Finalmente, no período contemporâneo, como referimos, alguns estudiosos, radicados predominantemente nos Estados Unidos, buscaram introduzir a medida na avaliação dos fenômenos políticos, denominando essa disciplina de *ciência política*, em substituição à denominação tradicional de *filosofia política*. Tais procedimentos permitiram desembocar na realização de previsões eleitorais, com grande consistência; na aferição do interesse dos eleitores por esse ou aquele assunto etc. Contudo, em que pese a importância de tais resultados, não revelaram força suficiente para deslocar o debate de tipo clássico.

Em vista da tradição positivista brasileira, cabe desde logo advertir que os estudiosos americanos interessados na construção do que denominam de ciência política nada têm a ver com o que no Brasil se entende por “política científica”. Verifica-se uma nítida distinção entre o que se poderia denominar de estudo científico do fenômeno político, isto é, uma análise subordinada a determinados parâmetros, perfeitamente explicitados, passíveis de serem aceitos, recusados ou criticados por quem se proponha idêntico propósito – daquilo que, na tradição brasileira influenciada pelo positivismo, foi popularizada como “política científica”. O rótulo de científico na meditação de Comte tem apenas o propósito de angariar respeitabilidade para a sua proposta política, num ambiente onde a ciência está revestida de grande prestígio.

Saiba mais

As origens da ciência política norte-americana e seu direcionamento posterior

A idéia de que os fenômenos políticos poderiam ser medidos, como se dava em relação às ciências naturais – dando origem a uma disciplina que deveria chamar-se *ciência política* – está relacionada a uma das tradições do pensamento anglo-americano, que passou à história com o nome de *utilitarismo*. Essa corrente tornou-se popular, no plano político, graças sobretudo à obra de Jeremy Bentham e John Stuart Mill. Bentham achava que os sentimentos morais poderiam ser classificados de uma tal forma que seria possível mensurar a sua intensidade e gradação. No século XX, a pretensão dirigiu-se para o comportamento social, como um todo, acabando por privilegiar os atos políticos. Os vários aspectos antes enunciados são estudados adiante.

O utilitarismo veio a incluir-se entre as doutrinas filosóficas inglesas mais conhecidas no exterior – gozando também de popularidade em sua pátria de origem, em grande parte do século XIX e no começo do seguinte – em decorrência, presumivelmente, de dois fatos históricos a que esteve associado. Consiste o primeiro nas reformas experimentadas pelo liberalismo no século passado, de que resultaram a universalização do sufrágio. Este desfecho não se deve ao utilitarismo, mas de certa forma viria a ser-lhe atribuído. O processo de democratização da idéia liberal guarda plena autonomia em relação à filosofia e decorre de outras circunstâncias, que não vêm ao caso enumerar. O segundo elemento que se costuma associar ao utilitarismo é a denominada ciência política que floresceu, em especial nos Estados Unidos, a partir da década de trinta.

A vinculação do utilitarismo a tais eventos resulta tanto da obra como da própria vida do fundador da corrente: Jeremy Bentham (1748-1832). Bentham acreditava na possibilidade de transformar a ética numa ciência positiva da conduta humana, tão exata como a matemática. A esse propósito dedicou sua principal obra – *Introdução aos princípios da moral e da legislação* –, publicada em 1789. Além disto, foi de igual modo um ativo reformador social, lutando firmemente pela reformulação do corpo de leis da Inglaterra, em especial a legislação penal. Com vistas à defesa de suas idéias, criou um jornal (*Westminster Review*), que viria a transformar-se no principal opositor da imprensa conservadora.

Em sua obra de cunho reformista, Bentham contou com a colaboração de James Mill (1773-1836), que preparou seu filho, John Stuart Mill (1806-1873), para ser o herdeiro e continuador do benthanismo. Assim, três anos depois da morte de Bentham e um ano antes do falecimento de seu pai, em 1835, Stuart Mill tornou-se editor do *London Review*, que a seguir incorporaria o jornal fundado por Bentham e a liderar a imprensa liberal. A partir de então, empenhou-se decididamente na luta pela democratização do sufrágio, tendo inclusive integrado a Câmara dos Comuns. Embora nutrisse os mais variados interesses culturais, foi sem dúvida quem sistematizou a doutrina utilitarista – dando-lhe fundamentação psicológica e histórica – e a vinculou ao liberalismo reformado.

Como doutrina ética, o utilitarismo afirma que a busca do máximo de satisfação é objetivo supra-individual ou intersubjetivo. Este postulado baseia-se na suposição de uma coincidência espontânea entre utilidade privada e utilidade pública. Bentham limitar-se-ia a contrapor tal princípio à doutrina do direito natural, ao negar que se pudesse provar historicamente a existência de um contrato originário entre o príncipe e os súditos. E mesmo que o admitíssemos, subsistiria a pergunta pelas razões que obrigariam os homens a cumprir semelhante compromisso. A seu ver, o cidadão só deve obediência ao Estado na medida em que este comportamento contribui mais para a felicidade geral que a desobediência. A felicidade geral é o resultado de um cálculo hedonístico. Somente a experiência pode comprovar se as instituições e as leis atendem aos objetivos a que se propõem. Por isto, o direito à livre discussão e à crítica às instituições é essencial à sociedade.

James Mill buscou fundar o cálculo hedonístico de Bentham na associação psicológica. Mas caberia a Stuart Mill ordenar essa doutrina no seu *Sistema de Lógica* (oito edições entre 1843 e 1872). Procura estabelecer que as leis da associação psicológica são induzidas da experiência e esse método, provado nas ciências da natureza, aplicar-se-ia às ciências morais. Acredita que os fenômenos da vida social não constituem exceção à causalidade, devendo ser possível determinar as leis naturais do comportamento humano. Sendo os homens aqueles elementos separados que constituem a sociedade, todas as leis e regularidades dos fenômenos sociais seriam deduzidas das leis da associação psicológica. Mill buscou também complementar essa doutrina pelo

sentimento de unidade, presente na humanidade, que supunha tivesse sido comprovado por Augusto Comte.

Ainda que no século XX a ciência viesse a abandonar o indutivismo, em que se louvava Stuart Mill, suas teorias dariam uma base menos dogmática que o evolucionismo spenceriano – outra doutrina ética que viria a alcançar popularidade na Inglaterra – para a configuração da denominada ciência política. Esta passaria a afirmar que o fenômeno político pode ser estudado cientificamente e não que haveria uma ciência do governo, como imaginavam Bentham, Comte e Stuart Mill. Em que pese a mudança substancial, o utilitarismo criou o clima favorável à sua eclosão, já que durante mais de um século defendeu arduamente a aplicação dos métodos matemáticos à conduta social dos homens, justamente a que se dedicaria a ciência política contemporânea.

Embora os progressos na medida fossem relativamente limitados, a necessidade de sua efetivação nunca deixou de ser encarecida.

Contudo, somente em 1901, Sheebohn Rowntree, no livro *Poverty: a Study of Town Life*, dava conta das pesquisas que desenvolveu no sentido de quantificar a que valores monetários corresponderia o conceito de “mínimo necessário para a sobrevivência”, com o que se inicia o conhecimento exato da evolução dos padrões de vida nos países desenvolvidos.

Em conseqüência, desde o último pós-guerra, popularizou-se a idéia de que poderia ser aplicada à sociedade a denominada “otimização pareteana”, tomando como referência a hipótese de Vilfredo Pareto (1848-1923) segundo a qual toda escolha individual torna-se social porquanto secundada por outros indivíduos, sendo possível conceber uma situação de concorrência perfeita entre escolhas. Essa discussão teórica, cujo marco costuma ser apontado na obra de K. J. Arrow – *Social Choice and Individual Values* (1961) – tornou-se uma espécie de pesquisa básica em relação aos modelos de aplicação de que resultaram, por exemplo, o sucessivo aperfeiçoamento das pesquisas eleitorais. No seio da “social choice” surgiu o grupo do “public choice”, liderado por James Buchanan, ganhador do Prêmio Nobel em 1986. Sendo o Estado um pólo de interesses, as escolhas das políticas públicas obedecem à valoração do estamento burocrático e não àquelas submetidas à preferência do eleitorado – eis simplificada a hipótese da “public choice”, achando-se seus partidários convencidos da possibilidade de prová-lo matematicamente.

Os resultados práticos alcançados por essa variante da chamada ciência política, notadamente os avanços nas pesquisas eleitorais, criou um clima verdadeiramente hostil a toda tentativa de atribuir prevalência à valoração moral na ação político-social. Qualquer referência ao que se convencionou denominar de “cultura política” era logo estigmatizada como falta de persistência na busca de elementos mensuráveis.

Essa fase produziu bibliografia representativa, destinada a “provar” que a política era um “negócio” como outro qualquer, e, o líder político como sendo plenamente equiparável ao “chefe de empresa desejoso de aumentar seus lucros ao máximo”. Nesse diapasão, Harold Lasswell intitulou deste modo um de seus livros: *Política: quem ganha o que, quando e como*.

Contudo, a própria vida incumbiu-se de romper tais esquemas. Assistimos no início do pós-guerra à difusão da crença de que o desenvolvimento poderia ser universalizado. Alcançou grande popularidade a teoria do “take off”, devida a Rostow (*The Stages of Economic Growth*, Cambridge, 1960), segundo a qual o desenvolvimento econômico resultaria da passagem da sociedade tradicional à transnacional – quando a economia é acoplada aos pólos dinâmicos – graças ao impulso inicial (*take-off*) que leva à maturidade. O Banco Mundial destinou recursos vultosos a tal objetivo, durante os quarenta anos iniciais do pós-guerra, sem resultados visíveis, salvo promover o

enriquecimento de alguns sobas africanos e elevar o nível da violência entre sociedades tribais, tornando-lhes acessíveis armamentos modernos.

Em contrapartida, surgiram os chamados Tigres Asiáticos (Taiwan, Singapura, Hongkong e Coréia do Sul). Entre 1980 e 1993, a Coréia registrou crescimento do PIB em média de 9,1% ao ano, alcançando renda per capita de US\$ 10 mil e distribuição de renda razoável.

Confrontados os resultados indicados com o fiasco do Banco Mundial praticamente em todo o mundo subdesenvolvido, tornava-se patente que o capitalismo não era dado a todos. E muito menos o sistema democrático-representativo. De que dependeriam, afinal, essas duas grandes conquistas da sociedade ocidental?

Americanos e ingleses, ao invés de lançar-se a uma tremenda discussão teórica, como era de esperar, trataram de conceber esquemas de pesquisas que pudessem responder àquelas indagações. Sem pretender balanceá-las exaustivamente, vamos ater-nos ao essencial.

Para desenvolver pesquisas sobre o que denominou de “cultura econômica”, Peter Berger – o festejado autor de *A revolução capitalista* – criou na Universidade de Boston o *Institute for the Study of Economic Culture*. O conjunto das pesquisas desenvolvidas pelo Instituto foram resumidas na obra *The Culture of Entrepreneurship* (San Francisco, ICS Press, 1991). Abrangeram várias partes do mundo. Neste tópico, registram-se os resultados relativos aos Tigres Asiáticos.

A primeira constatação do Instituto consistiu em dar-se conta de que a liderança dos empreendimentos estava em mãos dos chineses. Segundo dados divulgados pelo Instituto Internacional de Geopolítica, acerca do que veio a ser denominado de *diáspora chinesa* – fuga do país depois da vitória dos comunistas – nos primeiros anos da década de noventa havia no Sudeste Asiático 21 milhões de chineses (sem contar Taiwan e Hongkong), achando-se as maiores concentrações na Indonésia (6 milhões), Tailândia (5 milhões) e Malásia (5 milhões), correspondendo respectivamente a 4%; 10,3% e 33,3% das populações daqueles países. Em Singapura, os chineses são mais de 70% (1,9 milhão). Os chineses emigrados para os Estados Unidos, no mesmo período, são 2 milhões; 450 mil para o Canadá e 300 mil para a América Latina. A Europa recebeu 550 mil.

No Sudeste Asiático, em cerca de três décadas, os chineses passaram sucessivamente da agricultura para o comércio e deste para a indústria e o sistema financeiro. Naquela região (ainda com exclusão de Taiwan e de Hongkong), mais de cem bancos são inteira ou parcialmente controlados por chineses da diáspora. Banqueiros chineses sediados em Singapura encontram-se entre os maiores do mundo. Chineses da diáspora detêm entre 60 e 70% do capital privado da Indonésia e da Malásia e pelo menos 90% dos investimentos industriais na Tailândia. A mesma gente formou cerca de 60 conglomerados, cada um faturando anualmente alguns bilhões de dólares. Tomados em conjunto, os chineses da diáspora e os de Taiwan e Hongkong respondem por 80% do conjunto dos investimentos estrangeiros realizados na China Continental desde a abertura desta para o exterior. Estima-se em US\$ 25 bilhões os investimentos fixos que haviam realizado na antiga pátria até 1994.

O Instituto de Peter Berger montou uma vasta pesquisa para entrevistar essa liderança chinesa nos diversos países e não apenas no Sudeste Asiático. Verificou-se de pronto uma distinção básica entre a nossa moralidade ocidental e a dos chineses. Esta é basicamente de natureza familiar. Assim, encaminharam o inquérito na direção das famílias. A conclusão central é de que as diversas famílias teriam em comum a religião de Confúcio, tornando-se patente que esta favorece a acumulação capitalista e o espírito empresarial. Do conjunto da investigação efetivada, o Instituto para o Estudo da Cultura

Econômica extrai esta conclusão: “Não há desenvolvimento sem empresários; não há empresários sem grandes mudanças de ordem moral; não há moral sem religião”. Faltou à África, de um modo geral, bem como aos outros países asiáticos, uma base moral compatível com o desenvolvimento econômico.

Pode-se alegar que Peter Berger é sociólogo. Mas seria equivocado supor que o reconhecimento de “fatores culturais”, antes verdadeiramente execrados, entre estudiosos norte-americanos, estivesse limitado à sociologia. Para citar diretamente um cientista político, basta mencionar um dos últimos livros de Fukuyama: *Confiança. As virtudes sociais e a criação da prosperidade* (tradução brasileira, Rio de Janeiro, Rocco, 1996). Os sentimentos de confiança, porventura existentes numa sociedade, de modo algum seriam mensuráveis. Contudo, Fukuyama pesquisou os diversos indicadores que poderiam atestar a sua existência, para chegar a conclusões verdadeiramente audaciosas, como a de que a China dificilmente logrará desenvolvimento sustentável ou a de que a França não tem condições de manter uma posição de liderança em matéria econômica equiparável à que a Alemanha reafirmará de modo crescente. Outros renomados cientistas políticos daquele país, como Robert Dahl (nascido em 1915) e Samuel Huntington (1927/2008) partem do pressuposto de que o sistema democrático-representativo requer uma base moral de sustentação que não é dada a todas as nações.

Exemplos recentes de enunciados científicos e filosóficos na esfera da política

Exemplo típico e paradigmático de enunciado que corresponderia à filosofia política seria a tese weberiana de que foi o puritarismo que propiciou a eclosão do capitalismo na Inglaterra do século XVIII. Weber estudou as diversas religiões orientais, confrontando-as ao judaísmo antigo. Concluiu que os profetas de Israel sancionaram a liberdade humana.

No ano de 722 antes de Cristo, a Palestina perde a sua independência para a Assíria. Cerca de um século e meio depois, em 586 a.C., inicia-se a dominação neo-babilônica, à época sob a chefia de Nabucodonosor, quando tem lugar a destruição do Templo, evento que se tornou símbolo do declínio de Israel como Estado.

No espírito das religiões orientais, a derrota militar de Israel seria explicada pelo fato de que os deuses daquelas nações seria mais poderoso que o Deus dos judeus. Em contrapartida, os profetas israelenses afirmaram que o povo judeu estava sendo castigado pelo fato de que havia violado o acordo firmado com a divindade, isto é, exercera a sua liberdade embora de forma indevida. A Reforma Protestante corresponde a uma volta àquele princípio. Os convertidos ao protestantismo prestam contas diretamente a Deus, não havendo a intermediação da Igreja. São responsáveis pelos seus atos. Adicionalmente, teriam sido escolhidos para a salvação, e esta não dependia das obras. No desenvolvimento do debate dessa última tese (a doutrina da predestinação), os puritanos ingleses ensinaram que o sucesso na obra poderia constituir-se em indício de salvação. O eminente teólogo Richard Baxter (1615/1691) aconselhava aos seus seguidores que trabalhassem e poupassem, isto é, que enriquecessem para saber se de fato teriam chances de salvação. Considerava que o ócio era o maior de todos os pecados, cabendo dispor-se a colocar a tentação do seu lado, isto é, enriquecer-se e podendo deixar de trabalhar.

Como se vê, os indícios encontrados por Max Weber são deveras convincentes sobretudo porque representam mudança radical em relação à riqueza. A Igreja Católica ensinava que o rico roubara para chegar àquela situação, ou herdara de desonesto. Era mais fácil passar um calibre (cabo grosso usado na navegação) pelo fundo de uma agulha que um rico entrar no reino dos céus.

De todos os modos, a tese jamais conquistará a unanimidade porquanto não há uma prova decisiva. O erudito inglês T.S. Ashton (1889/1968), estudioso da Revolução Industrial, verificou que a indústria química inglesa fora organizada por empresários protestantes. Outro estudioso inglês, Trevor-Roper (1914/2003), apurou que os líderes das transformações, nos principais centros econômicos protestantes, provinham de localidades católicas, e, antes de se converterem, simpatizavam com as idéias de Erasmo, que, embora criticando ao papado, não aceitou a ruptura patrocinada por Lutero.

Assim, o critério para a aceitação da tese weberiana só pode ser filosófico: tem um grande valor heurístico, extraordinária capacidade explicativa. O que equivale reconhecer que comporta pluralismo de pontos de vista.

As teses com caráter científico, no terreno da política, têm até agora caráter muito mais limitado. Samuel Huntington, no livro *A terceira onda*, partindo de uma conceituação rigorosa de democracia, elaborou um modelo bastante interessante do fluxo e refluxo desse sistema nos diversos países. Quem aceitar a sua conceituação e refizer o caminho, certamente chegará a modelo idêntico. Ainda assim, no que se refere ao que denomina de “condições impeditivas do florescimento das instituições democráticas”, não pode pretender que venha a obter a adesão de todos.